

Educação Profissional para jovens e adultos do campo como política pública

Professional Education for Youth And Adults, Public Policy, Rural Education.

Athos Cardoso Pereira de Souza¹; Liana Bastos Bezerra²; Ana Clara Roberto Ramalho de Andrade³; Monica Valeria Barros Pereira⁴; Janaina de Araujo Almeida⁵; Adriano Cipriano de Sousa⁶; Themis Pereira dos Santos⁷; Rosivaldo Dantas de Araújo⁸ Maria Amanda Laurentino Freires⁹ Onireves Monteiro de Castro¹⁰ e Francivaldo Gomes Moura¹¹

ARTIGO

Recebido: 10/01/2021
Aprovado: 23/05/2021

Palavras-chave:

Educação Profissional para Jovens e Adultos, Políticas Públicas, Educação Rural.

Key words:

Professional Education for Youth And Adults, Public Policy, Rural Education

RESUMO

A Educação Profissional é essencial para que seja possível atingir o desenvolvimento pessoal de cada pessoa, preparando para o exercício da cidadania e para o trabalho. O desenvolvimento econômico de uma região também encontra-se no centro das políticas públicas de educação profissional, onde há uma simbiose entre o perfil de demanda do trabalho pela iniciativa privada e a oferta de cursos pelas instituições de ensino. A Educação Profissional para Jovens e Adultos do campo se torna um sopro de esperança para uma população há muito ignorada, que deseja promover uma ruptura no modelo de gestão que historicamente possui elevada precarização em sua Educação, com contínuos desinvestimentos e interrupções de políticas públicas, devendo ser elaborado um novo plano técnico pedagógico no qual existe a preocupação da escola em nutrir uma participação política e democrática dos seus alunos.

ABSTRACT

Professional Education is essential so that it is possible to achieve the personal development of each person, preparing them for the exercise of citizenship and for work. The economic development of a region is also at the center of public professional education policies, where there is a symbiosis between the profile of work demand by the private sector and the offer of courses by educational institutions. Professional Education for Young and Adults in the countryside becomes a breath of hope for a population that has been ignored for a long time, which wants to promote a rupture in the management model that has historically been highly precarious in its Education, with continuous disinvestments and interruptions in public policies, which must a new technical-pedagogical plan should be drawn up in which the school is concerned with nurturing political and democratic participation by its students.

INTRODUÇÃO

No campo acadêmico, temos diversas definições do que são e para que servem as políticas públicas. Para Lynn (1980), as políticas públicas são o conjunto de atitudes do governo que possuem como objetivo a produção de resultados específicos. Entretanto, segundo a ótica de Dye (1984), devemos analisar as políticas públicas como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. É com essa percepção que devemos estudar a atuação dos órgãos públicos e interpretá-las conforme o modelo vigente e a autonomia do Estado frente ao

direcionamento de políticas públicas para determinados setores.

Para Poulantzas (1984), o Estado Capitalista possui uma autonomia relativa na elaboração de suas políticas, tendo em vista que há blocos de poder que direcionam a atuação do governo. Com tal direcionamento de setores da sociedade civil que pressionam o Estado para atender interesses próprios é que constatamos uma invisibilidade da população do campo. A omissão dos órgãos públicos e a falta de reconhecimento do rural são apresentadas através da crescente política de nucleação das escolas e de diversas outras formas, como descrito por Duarte e Bernardi (2016), quando afirmam que a

Invisibilidade que se estende desde os “olhares” dos poderes públicos até as academias que, não raras vezes, ignoram em seus currículos, discussões a cerca das especificidades destas escolas e de seus sujeitos.

No estado da Paraíba, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, residem 3.766.528 pessoas. Desse total, 927.850 pessoas ou 24,63% da população residem na zona rural. Entretanto, segundo os estudos sobre o entendimento do processo de urbanização realizado por Veiga (2004), o Brasil adota como urbano toda sede de cidade ou distrito oficialmente registrado, independente de sua estrutura ou funcionalidade, enquanto a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, por exemplo, define que é necessário que a densidade populacional da localidade seja superior a 150 hab/km², para que se definam as localidades rurais. Em levantamento realizado por Leal (2017), dos 223 municípios da Paraíba, apenas 18 possuem a densidade populacional superior ao definido pela OCDE, depreende-se, dessa maneira, que os dados oficiais utilizados pelo governo possam estar subdimensionados, tendo em vista a utilização de parâmetros que parecem não condizer com a realidade.

A educação profissional, em analogia à educação em seu aspecto geral, pode ser considerada como uma forma de atingir “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (CF, art. 205). A Lei 9.394/1996, responsável por estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, afirma em seu artigo 37, parágrafo 3º, que “a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional”. Além da emancipação pessoal e profissional, a redução das desigualdades sociais e o desenvolvimento econômico podem ser considerados resultados de uma educação profissional

inclusiva.

Uma das formas de se atingir o desenvolvimento social e econômico de uma região que, historicamente, nunca esteve no centro das políticas públicas é a educação profissional. Para Azevedo e Azevedo (2016), um dos principais desafios da educação profissional do campo é que se incorporem na agenda das ações governamentais os interesses de quem realmente precisa de transformações do seu status quo. Atualmente, as principais políticas para educação no campo são:

- O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) - possui a função de atender jovens e adultos que se localizam em assentamentos, fornecendo educação básica, técnico profissionalizante, ensino superior e pós-graduação.
- O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Campo – Saberes da Terra) – tem por objetivo reintegrar jovens do campo que tenham sido excluídos do processo educacional tradicional, através de cursos profissionalizantes.
- O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) – visa contribuir para a formação profissional de jovens e adultos que residam no campo e possuam suas rendas oriundas da agricultura familiar.
- O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronacampo) – busca promover a educação profissional e tecnológica para trabalhadores do campo e quilombolas, disponibilizando vagas para cursos de formação inicial e continuada.
- Escola da Terra, parceria realizada entre o MEC e secretarias estaduais, distritais ou municipais - promove a formação continuada de professores que tenham atuação nas escolas do campo e quilombolas.
- As Licenciaturas em Educação do Campo - tem por finalidade a formação superior de professores em todo país, com o enfoque para a formação de docentes que atuem nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio no campo.

Dos programas elencados acima, dois deles são destinados à formação continuada de professores e três apresentam-se voltados ao público de jovens e adultos. Na Educação de Jovens e Adultos, o estado da Paraíba apresentou, no ano de 2013, 30.210 alunos regularmente matriculados nas redes pública e privada de ensino e, desse total, apenas 640 das matrículas foram realizadas na área rural. Houveram, ainda, 15.390 matrículas efetivadas em educação profissional de nível médio em todo o estado. Contudo, desse quantitativo, apenas 501 das matrículas foram oriundas da população do campo.

Esses dados geram questionamentos pertinentes uma vez que se mostram significativos. Assim, propomos as seguintes reflexões: Quais são as causas geradoras do número de matrículas reduzidas? Em que grau as filiações político-partidárias interferem na adesão aos programas já existentes? É

possível que os governos estaduais tenham êxito no fornecimento de educação profissional a jovens e adultos sem o auxílio do governo federal? Qual a importância dos movimentos sociais para que a busca e permanência de políticas públicas no campo?

A partir dessas perguntas, constrói-se a hipótese de que fatores políticos, técnicos e culturais contribuem para a permanência da deficiência da educação no campo na Paraíba. A paralisação da política pública e o contingenciamento de gastos corroboram para o aumento desse déficit, pois, a depender do momento político, as principais vozes do campo, que são os movimentos rurais e sem terra, encontram-se sem espaço político, ocasionando, desse modo, uma participação sócio-político-econômica pouco significativa.

No que tange aos fatores técnicos, podem ser citados como obstáculo a inexistência de infraestrutura adequada para o ensino técnico, a deficiência de docentes para o campo e os possíveis entraves burocráticos para a abertura de turmas voltadas à educação profissional ou à criação de escolas técnicas e profissionais. Quanto aos fatores culturais, temos a permanente invisibilidade da população do campo para a população urbana, resultando em um quase não pertencimento do rural na sociedade, sendo raras as vezes em que são pauta de discussão no cotidiano do cidadão comum ou da academia.

Em virtude dos questionamentos de pesquisa e das hipóteses levantadas, temos como justificativa enxergar a visão e os anseios que o povo do campo possui acerca do seu cotidiano, levantando o véu que escondem as barreiras que uma das parcelas mais vulneráveis da população encontra em seu dia a dia.

Com um cenário de características tão significativas tão preocupante, é imprescindível que as políticas públicas destinadas à educação profissional de um público tão vulnerável sejam efetivamente cumpridas, conforme previsto nas legislações federais e estaduais.

É essencial que haja a identificação de que maneira as políticas públicas direcionadas à educação profissional para jovens e adultos são executadas no âmbito do estado da Paraíba. Para tanto, o corpus da pesquisa será constituído por alguns dos programas de incentivo à educação, tais como o Programa Nacional de Educação no Campo, em conjunto Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

No âmbito do estado da Paraíba, há o Plano Estadual de Educação, instituído na Lei nº 10.488, que em seu artº 7, § 3º resolve:

Art. 7º Para a consecução das metas do PEE e a implementação de suas estratégias, fica reforçado o regime de colaboração entre o Estado, a União e os Municípios estabelecido pela Constituição Federal e a LDB.

§ 3º Os Sistemas de Ensino deverão considerar as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas, quilombolas e ciganas, asseguradas

a equidade educacional e a diversidade cultural.

O Plano Estadual de Educação apresentam um rol de 24 estratégias que objetivam o atendimento das diretrizes estabelecidas. Desse modo, propomo-nos a analisar a efetivação e o atendimento de algumas dessas estratégias pelo poder público. Para tal, destacamos as estratégias que se apresentam voltadas a educação profissional para a população do campo:

11.4. Estimular, na esfera de competência própria, a aquisição de equipamentos para as escolas do campo, respeitadas as características ambientais e socioculturais da comunidade do campo;

11.12. Implantar, na esfera de competências dos entes federados, programas de educação e de cultura para a população do campo na faixa etária de 15 a 17anos, e escolarização integrada à qualificação profissional e social para aqueles/as com defasagem no fluxo escolar, contemplando, inclusive a população adulta;

11.17. Construir e reestruturar as escolas do campo, a fim de garantir as condições necessárias ao funcionamento, bem como ampliar a aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da estrutura física das escolas do campo;

Por conta desses fatores, é necessário investigar todos os fatores que contribuem ou impedem a implementação das políticas públicas direcionadas a área de educação do campo, além de comparar as escolas que optaram por aderir às políticas públicas e determinar os fatores de sucesso quanto ao volume de alunos inscritos e descrever as percepções e as oportunidades que a educação profissional oferece aos jovens e adultos segundo a ótica dos mesmos.

A população do campo era maioria em nossa sociedade até meados dos anos de 1960. Com a crescente industrialização e ocupação dos centros urbanos, houve uma considerável redução da população rural, restando hoje apenas 15% da população residindo no campo. Essa hegemonia do urbano sobre o rural é abordada pelo pensamento Gramsciano (2001), no qual o Estado é o garantidor dessa dominação e defensor das classes dominantes em que é estabelecida uma superioridade intelectual e ideológica que tem por resultado o domínio da educação e suas respectivas instituições.

Desse modo, o Estado sendo o assegurador da dominação de uma classe sobre a outra, é também ele que vem legitimar os latifúndios que tanto infligem a população do campo. Outra forma de perpetuar a falta de legitimidade do rural é, segundo Gramsci (2001), através da escola, cujo nível de intelectualidade é medido a partir da quantidade de escolas e da hierarquia dentro da mesma.

Nessa mesma perspectiva, o pensamento de Mochocovitch (1988, p.08), afirma que é preciso criar uma nova preponderância educacional, na qual existam novos referenciais

intelectuais, éticos e morais. Para este autor, a escola figura na sociedade como um veículo para elevar as camadas sociais menos favorecidas com menor acesso ao conhecimento, bem como ao esclarecimento de seus direitos e deveres frente à sociedade, mudanças essas que só acontecerão a partir do momento em que se utilize os instrumentos criados pela classe dominante para a compreensão da realidade que os circunda.

Ainda sob essa ótica, Saviani (1999), aponta que a conscientização da opressão de que o indivíduo é alvo é imprescindível para a criação de novos aspectos de ações pedagógicas, sempre evitando a descontinuidade e buscando a ruptura, repensando as condições sociais e a realidade que nos cerca, todavia, esses princípios não são observados quando as ações são destinadas ao rural. Como solução, segundo Saviani (2003), deve ser proposto um novo plano técnico pedagógico no qual existe a preocupação da escola em nutrir uma participação política e democrática.

Esse novo plano técnico-pedagógico consta nos recentes marcos normativos e pode ser mais bem compreendido nas palavras de Cordão (2018, p. 5), quando o mesmo explica que “a função central da nova educação profissional visa o preparo das pessoas para o exercício da cidadania e do trabalho”. Na defesa dessa postura social no que tange à educação daqueles que residem nas zonas rurais, Silva (2018, p. 16), “reconhece a especificidade e o direito dos povos camponeses, com o fortalecimento de redes de educação, fóruns de educação do campo, grupos de pesquisas [...]”.

As desigualdades socioeconômicas é parte da sociedade urbana e rural, e a precarização da educação do campo remonta desde o seu início, nos anos de 1930. Com um do marco normativo constantemente aprimorado e a manutenção de programas educacionais destinados à educação profissional no campo, evita-se a permanente descontinuidade das políticas destinadas a educação no campo, problema esse já abordado por Saviani (1999), e que é mantido como um sopro de esperança para uma população há muito ignorada em nossa sociedade.

Os referenciais teóricos e os métodos de pesquisa conduziram-nos a quatro métodos de coleta e levantamento de informações, quais sejam: pesquisa documental, observação participante, entrevista e questionário. O primeiro método e o segundo possuem a finalidade de aprofundar e se aproximar do objeto de pesquisa, subsidiando, dessa forma, a aplicação da entrevista e questionário, que serão aplicados com os sujeitos integrantes do universo da pesquisa.

No que tange aos sujeitos da pesquisa, estes podem ser compostos por dois grupos distintos. O primeiro grupo será formado pelas lideranças políticas, os líderes de movimentos rurais e sem-terra e gestores, tendo sua participação efetivada através do recurso metodológico da entrevista. Já o segundo grupo será composto pelos discentes que se encontram matriculados nas escolas do campo destinadas a educação profissional, e o recorte pode se dar por faixa etária, aplicando o questionário ao discente mais jovem e o mais velho da turma.

No primeiro momento, a pesquisa poderá ter caráter documental, pois voltar-se-á para a identificação dos diversos resultados das políticas públicas, como repasse orçamentário,

abertura de novas turmas, compra de equipamento ou investimento em infraestrutura. Para Silva (2009), a utilização de documentos em pesquisa deve ser apreciada, visto que existe é possibilitando a extração de informações que possibilitam a ampliação do entendimento do objeto. Será realizada a análise dos documentos normativos acerca das políticas públicas de educação no campo no âmbito rural, proporcionando, dessa forma, averiguar quais instituições escolares aderiram a determinadas políticas e, com isso, possibilitar a inserção do pesquisador na comunidade escolar alvo da política pública.

A partir do levantamento documental e da listagem das instituições que comungam com as políticas públicas por nós analisadas (Pronacampo e Pronera), o segundo passo na pesquisa será realizado a partir da observação participante, que segundo Serva (1995), é uma prática que

“Refere-se, portanto, a uma situação de pesquisa onde observador e observados encontram-se numa relação face a face, e onde o processo da coleta de dados se dá no próprio ambiente natural de vida dos observados, que passam a ser vistos não mais como objetos de pesquisa, mas como sujeitos que interagem em um dado projeto de estudos.”

O objetivo do processo de observação é fazer com que o pesquisador entre em contato com os gestores escolares, corpo discente e movimentos rurais e sem-terra, proporcionando uma experiência de imersão na realidade dos sujeitos investigados.

Após a realização da observação participante e consequente reflexão acerca do panorama constatado, o pesquisador voltar-se-á para a elaboração de uma entrevista semiestruturada a ser efetivada com as autoridades municipais e estaduais, cujos cargos estejam voltados a educação profissional, membros do comitê de educação do campo, lideranças de movimentos agrários e gestores escolares. A entrevista foi escolhida como método de pesquisa porque possibilita analisar o comportamento não verbal dos entrevistados, além de servir como e o auxílio ao entrevistado que possua alguma dificuldade para responder (GIL, 2002, p. 115).

Poderão ser aplicados questionários que terão como público-alvo discentes, docentes e profissionais de suporte educacional que trabalhem diretamente com educação profissional destinado a população do campo. Esse questionário terá o objetivo de evidenciar no presente estudo os mais diversos posicionamentos e opiniões do público alvo das políticas públicas. Este modo de coleta de dados foi escolhido por ser o mais rápido e de menor custo no processo de coleta de dados, não exigindo treinamento de pessoal e garantindo o anonimato (GIL, 2002, p. 115).

Com tais procedimentos de pesquisa, será possível realizar uma aproximação mais eficaz do objeto de estudo. Para que se possa extrair e analisar as informações dispostas na segunda e terceira fase, é necessário agir com rigor metodológico para que, assim, resulte em um diagnóstico que responda aos questionamentos apontados, ressaltando que o percurso metodológico é passível de modificação a depender do cenário da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Márcio Adriano de; AZEVEDO, Igor Rasec Batista de. A questão agrária e a educação do campo: espaços em disputa. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 17., 2012. Anais... Belo Horizonte, UFMG, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

DUARTE, Claudia Glavan; BERNARDI, Elisete Enir. Da invisibilidade as políticas públicas de formações de professores para as escolas no/do campo. *Trajectoria Multicursos*, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 61 - 73, mar. 2017.

DYE, Thomas D. *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

FILHO, Ruy Leite Berger. Educação profissional no Brasil: novos rumos. *Revista Iberoamericana de Educación*. N 20. Maio 1999.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Volume II. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LEAL, Fernanda de Lourdes Almeida et al. *OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM ÁREA RURAL NO ESTADO DA PARAÍBA: ASPECTOS QUANTITATIVOS*, 2017.

LYNN, L. E. *Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis*. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. *Gramsci e a escola*. São Paulo: Ática, 1988.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. 32. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8ª ed. Campinas, SP: Autores associados, 2003.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009.

SERVA, M. JÚNIOR, P. J - *Revista de Administração de Empresas*, 1995.

SILVA, M. DO S. *Educação do campo e políticas educacionais: avanços, contradições e retrocessos*. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 7, n. 1, 30 abr. 2018.

SILVEIRA, P. "Introdução: Poulantzas e o marxismo". IN: POULANTZAS, N. *Poulantzas: sociologia / organizador [da coletânea]* Paulo Silveira. SP: Ática, 1984.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). *Projeto político-pedagógico da*

escola: uma construção possível. Campinas: SP.Papirus, 2004.

AUTORES

1) Athos Cardoso Pereira de Souza

Especialização em MBA em Gestão Empreendedora e Inovação pela Universidade Federal de Campina Grande, Brasil(2019) Técnico em Mecânica da Universidade Federal de Campina Grande , Brasil - E-mail: athosufcg@gmail.com <http://lattes.cnpq.br/0369470781610055>; <https://orcid.org/0000-0002-9470-7968>

2) Liana Bastos Bezerra;

Especialização em MBA em Gestão Empreendedora e Inovação pela Universidade Federal de Campina Grande, Brasil(2019) Técnico em Assuntos Educacionais da Universidade Federal de Campina Grande , Brasil - E-mail: lianabastosb@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/0540089766268315>; <https://orcid.org/0000-0002-2178-2633>

3) Ana Clara Roberto Ramalho de Andrade

Graduação em Odontologia pela Faculdade Santa Maria de Cajazeiras, Brasil – E-mail: anaclararoberto@outlook.com <http://lattes.cnpq.br/7133983532058922> <https://orcid.org/0000-0003-2649-6836>

4) Monica Valeria Barros Pereira

Arquiteta pelo Centro Universitario de João Pessoa – UNIPE-Joao Pessoa – PB – Brasil e Pesquisadora do GVAA – Pombal – PB. E-mail: monica.barros@live.com -<https://orcid.org/0000-0001-6108-8091>

5) Janaina de Araujo Almeida

Graduação em Administração pela Universidade Norte do Paraná, Brasil(2018). Gerente Administrativo Do Tereza Cristina De Araujo F. Silva , Brasil. Janaina.almeida,pb@gmail.com - <http://lattes.cnpq.br/5866259079910571>; <https://orcid.org/0000-0001-6153-0046>

6) Adriano Cipriano de Sousa

Especialização em Saúde Mental pela FASP - Faculdade Sao Francisco da Paraiba, Brasil. Contratado do Centro Especializado em reabilitação, Brasil – E-mail: adrianoarteterapeuta@outlook.com <http://lattes.cnpq.br/3612684347318846>; <https://orcid.org/0000-0002-7309-4082>

7) Themis Pereira dos Santos

Especialização em Direito Previdenciário pelo Faculdades Integradas de Patos, Brasil. Advogada da Prefeitura do Município de Nazareinho, Brasil . E-mail themispereira@hotmail.com <http://lattes.cnpq.br/4343027507713493>; <https://orcid.org/0000-0001-5313-3737>

8) Rosivaldo Dantas de Araújo

Especialização em em Geopolítica e história pelo Faculdades Integradas de Patos, Brasil Diretor da Divisão de Compras e Contratos do Centro de Saúde e Tecnologia Rural da UFCG , Brasil-E-mail: rdantas@cstr.ufcg.edu.br <http://lattes.cnpq.br/1593527405097180>; <https://orcid.org/0000-0002-5629-9289>

9) ***Maria Amanda Laurentino Freires***

Graduação em Enfermagem pela Faculdade Santa Maria de Cajazeiras, Brasil (2019) Enfermeira da Prefeitura Municipal de Carrapateira, Brasil - E-mail: m.amandafreires@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/7682128720739004>. <https://orcid.org/0000-0002-7873-5504>

10) **Onireves Monteiro de Castro**

Doutorado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil (2005) Professor da Universidade Federal de Campina Grande, Brasil - E-mail: onireves10@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/3485957168495828> <https://orcid.org/0000-0001-7371-9997>

11) **Francivaldo Gomes Moura**

Doutorado em Doutorado - Ciências Jurídico-Sociais pelo Universidad del Museo Social Argentino, Argentina (2013) Professor Efetivo da Universidade Federal de Campina Grande, Brasil - E-mail: fgomesmoura@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/3085957168495863> <https://orcid.org/0000-0001-7423-9602>